

UNASUL: transcendente derrota da integração sul-americana

É uma vitória para os Estados Unidos, uma derrota para os progressistas e os esquerdistas da região, que não souberam pisar no acelerador quando ainda era possível.

O tratado constitutivo foi assinado em 23 de maio de 2008 em Brasília, mas os primeiros passos foram dados em 2004 a pedido do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. É constituída pelos doze países independentes da América do Sul, com um total de 400 milhões de habitantes. A Unasul pretende construir uma identidade e cidadania sul-americana no marco da integração regional que, ao contrário de outras instâncias, transcende o econômico para abranger todos os aspectos da vida das nações.

Estava dotada de vários órgãos, como o Conselho de Chefes de Estado, um Conselho de Ministros e um Parlamento. Também conta com conselhos setoriais, o mais importante dos quais é o Cosiplan (Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento), herdeiro da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Região Sul-Americana), que tem como foco a construção de redes de infraestrutura, transporte e telecomunicações para promover o desenvolvimento social e econômico.

Entre as ambições da Unasul figura a criação de uma moeda sul-americana, na mesma direção que o euro na União Europeia. O Conselho de Defesa Sul-Americano é uma das mais notáveis criações da organização regional, pois procura não só promover a cooperação militar defensiva, mas também construir os seus próprios equipamentos e tecnologias para dar autonomia à região no domínio da defesa. Este conselho tinha sido definido como "OTAN sul-americana", uma proposta que colide com os interesses estratégicos dos EUA na região.

Oswaldo Oliva Neto (um dos mais importantes executivos

estratégicos do seu governo), durante um seminário sobre temas de interesse comum para o Brasil e a União Europeia em 2006. Por um lado, tratava-se de evitar uma aventura militar ou a pressão de países terceiros sobre a região. Mas também promoveu a “defesa da riqueza natural do continente”, como as reservas de petróleo, água e biodiversidade.

A suspensão da participação da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru, alegando a acefalia do organismo, pode ser o golpe de misericórdia na Unasul. A crise se arrasta desde janeiro de 2017, quando o ex-presidente da Colômbia, Ernesto Samper, deixou a Secretaria-Geral da organização. A Argentina mantém a secretaria pro tempore e propôs como substituto seu embaixador no Chile, Octavio Bordón, mas a nomeação foi rejeitada por Bolívia e Venezuela.

Encontro várias razões para explicar a crise da integração regional, ancorada numa conjuntura especial que exacerba as dificuldades estruturais.

A primeira é a profunda mudança política nos principais países da América do Sul. Em poucos anos, ocorreram mudanças que levaram os governos do Brasil e da Argentina, os dois principais promotores da Unasul, a forças políticas que não têm maior interesse em promover a integração. Ao mesmo tempo, os governos da Bolívia e da Venezuela ficaram isolados na América do Sul e perderam a sua capacidade de iniciativa.

A segunda são as evidentes pressões do governo de Donald Trump, defendidas abertamente na recente cúpula de Lima. De fato, antes da VIII Cúpula das Américas, realizada em Lima de 13 a 14 de abril de 2018, o governo dos EUA insistiu em pressionar os participantes para que se distanciassem da Rússia e da China, pois esses países seriam prejudiciais para a América Latina.

Como o economista peruano Oscar Ugarteche destacou, Washington conseguiu que o eixo da agenda de muitos países da região se

concentrasse em cerrar fileiras contra a Venezuela. “Metade dos países presentes está mais preocupada com a agenda interamericana contra a Venezuela do que com a agenda regional contra a corrupção”.

A mudança política regional e as pressões dos EUA explicam em grande medida a decisão de seis países de abandonar a Unasul, terminando assim a experiência de integração mais importante. Um bom tempo e uma crise profunda terão de passar antes que as condições voltem a existir para lançar novas iniciativas nesse sentido.

O terceiro são os erros cometidos por governos progressistas que foram os principais impulsionadores da Unasul. Como aponta o historiador uruguaio Gerardo Caetano, esses governos “eram muito mais integracionistas na oposição do que no governo”.

Por um lado, foram muito tímidos quando se tratou de tomar iniciativas reais e realistas para fazer avançar a integração e, acima de tudo, colocaram pequenos interesses nacionais à frente dos da região sul-americana. Por exemplo, Brasil e Argentina nunca deixaram de litigar pelo comércio bilateral, buscando satisfazer os interesses dos lobbies industriais, embora isso tenha acabado paralisando inúmeros projetos.

Por outro lado, havia projetos que nunca saíram do jornal, apesar de parecerem ótimos. Talvez poucos se lembrem do anúncio feito de construir um Gasoduto do Sul, uma ideia brilhante que deveria transportar hidrocarbonetos da Venezuela para o Brasil e a Argentina, quebrando a tendência a exportação para avançar rumo ao desenvolvimento endógeno. Como outros projetos, nunca saiu do papel, assim como a refinaria planejada que a PDVSA da Venezuela iria construir na costa equatoriana do Pacífico.

Mas há um quarto aspecto que me parece central. Uma integração regional como a promovida pela Unasul, que é abrangente, multifacetada e multissetorial, deve ser uma questão de

Estado, não apenas de governos, muito menos de ideologias. Para isso, deve ser aceite e consentido por toda a sociedade, para que os processos de integração continuem para além dos altos e baixos políticos. Foi assim que a União Europeia, fundada em 1993, e a Organização de Cooperação de Xangai, criada em 1996, foram construídas, para mencionar alguns organismos que ultrapassam a conjuntura.

Original: [Sputnik](#)